

Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

Republica-se por retificação

Publicada no Diário Oficial Eletrônico nº 11.446 - Suplemento, de 22 de março de 2024, páginas 167 a 217

RESOLUÇÃO/SEAD Nº 26, de 19 de março de 2024.

Publica os Balanços (Anexos 12, 13, 14, 15, 17, 18 e Notas Explicativas) referentes às Contas Anuais de Gestão do exercício de 2023 da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto Resolução-TCE-MS nº 88, de 3 de outubro de 2018 e alterações posteriores do Tribunal de Contas do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam publicados, juntamente com esta Resolução, os Anexos 12, 13, 14, 15, 17, 18 e Notas Explicativas, correspondentes às contas anuais de Gestão da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (SEAD), relativo ao exercício de 2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 19 de março de 2024.

Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
Secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (RECEITAS)
 Balanço 2023

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (VI)	238.034.200,00	596.285.471,77	473.778.980,34	(122.506.491,43)
TOTAL (VII) = (V + VI)	238.034.200,00	596.285.471,77	473.778.980,34	(122.506.491,43)
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	50.856.734,69	50.856.734,69	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	50.856.734,69	50.856.734,69	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (DESPESAS)
Balço 2023

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	235.538.100,00	582.901.903,31	469.135.913,39	462.003.142,99	455.134.698,00	113.765.989,92
Pessoal e Encargos Sociais	69.795.700,00	61.033.548,88	59.265.094,06	59.224.462,59	55.327.047,40	1.768.454,82
Juros e Encargos da Dívida	7.300,00	7.300,00	6.706,76	6.706,76	6.706,76	593,24
Outras Despesas Correntes	165.735.100,00	521.861.054,43	409.864.112,57	402.771.973,64	399.800.943,84	111.996.941,86
Despesas de Capital (IX)	2.496.100,00	13.383.568,46	4.643.066,95	2.538.689,74	643.765,12	8.740.501,51
Investimentos	2.483.100,00	13.370.568,46	4.637.501,83	2.533.124,62	638.200,00	8.733.066,63
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	13.000,00	13.000,00	5.565,12	5.565,12	5.565,12	7.434,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	238.034.200,00	596.285.471,77	473.778.980,34	464.541.832,73	455.778.463,12	122.506.491,43
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)	238.034.200,00	596.285.471,77	473.778.980,34	464.541.832,73	455.778.463,12	122.506.491,43
Superávit (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	238.034.200,00	596.285.471,77	473.778.980,34	464.541.832,73	455.778.463,12	122.506.491,43
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Balanço 2023

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
	Em exercícios anteriores	Em 31 de Dez. do Exercício de 2022				
	(a)	(b)				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
Balanço 2023

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e)=(a+b-c-d)
	Em exercícios anteriores	Em 31 de Dez. do Exercício de 2022			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

WILLIAN SILVA
Contador - CRC/MS-014883/O

PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA
Secretária de Estado

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS
 Balanço 2023

	Nota	2023	2022
Receita Orçamentária (I)		0,00	0,00
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		474.874.002,63	422.145.108,63
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		474.874.002,63	422.145.108,63
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		293.039.703,71	274.532.998,64
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		9.237.147,61	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		8.763.369,61	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		25.864.517,50	20.468.650,75
218810110 - PENSÃO ALIMENTÍCIA		77.047,14	89.588,79
218810111 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MEDICA		3.552.720,41	2.592.424,92
218810113 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		74.211,92	61.730,39
218810114 - RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS		5.419,26	8.105,48
218810115 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		8.309.647,34	6.329.051,59
218810199 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS		305.735,29	234.358,44
218810401 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES		141.628,37	1.173,66
218810403 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS		3.823,85	1.454,83
218819901 - SALÁRIOS,REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO		3.054.052,78	2.861.587,78
218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		4.038.184,88	3.869.526,40
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		4.443.570,96	2.787.933,03
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		1.754.340,86	1.559.652,82
218830106 - OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS		63.644,88	0,00
218850108 - ISS		40.489,56	72.062,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários		249.174.668,99	254.064.347,89
Saldo do Exercício Anterior (IV)		1.206.763,50	1.510.627,46
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.206.763,50	1.439.000,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	71.627,17
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		769.120.469,84	698.188.734,73

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS
Balanço 2023

	Nota	2023	2022
Despesa Orçamentária (VI)		473.778.980,34	420.009.084,43
Ordinária		66.487.306,07	184.897.429,42
Vinculada		407.291.674,27	235.111.655,01
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinado a Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinado a Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		286.500,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		407.005.174,27	235.111.655,01
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		1.811.262,61	955.434,08
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	538.961,79
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		1.811.262,61	416.472,29
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		273.546.656,07	276.017.452,72
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	777.130,09
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	606.512,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		24.372.532,26	20.569.462,00
218810110 - PENSÃO ALIMENTÍCIA		70.860,81	89.588,79
218810111 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MEDICA		3.253.461,23	2.592.424,92
218810113 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		69.838,39	61.730,39
218810114 - RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS		5.030,52	8.105,48
218810115 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		7.612.971,02	6.329.051,59
218810199 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS		274.623,56	233.467,74
218810401 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES		141.628,37	0,00
218810403 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS		3.823,85	1.454,83
218819901 - SALÁRIOS,REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO		3.054.052,78	2.861.587,78
218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		3.731.356,35	3.869.526,40
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		4.443.570,96	2.787.933,03
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		1.609.577,48	1.662.528,43
218830106 - OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS		63.644,88	0,00
218850108 - ISS		38.092,06	72.062,62
Outros Pagamentos Extraorçamentários		249.174.123,81	254.064.347,89
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		19.983.570,82	1.206.763,50
Caixa e Equivalentes de Caixa		19.983.570,82	1.206.763,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		769.120.469,84	698.188.734,73

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO
Balanço 2023

ESPECIFICACAO	Exercicio de 2023			Exercicio de 2022		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d)	(e)	(f) = (d - e)
Ordinária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

WILLIAN SILVA
Contador - CRC/MS-014883/O

PATRICIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA
Secretária de Estado

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - ATIVO
 Balanço 2023

	Nota	Exercicio 2023	Exercicio 2022
ATIVO		102.453.106,66	80.785.610,07
Ativo Circulante		78.872.771,13	51.755.494,99
Caixa e Equivalentes de Caixa		19.983.570,82	1.206.763,50
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		56.040.525,46	50.187.825,46
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		2.833.674,85	345.906,03
Ativo não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
Ativo Biológico		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		15.000,00	15.000,00
Ativo Não Circulante		23.580.335,53	29.030.115,08
Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		23.094.235,53	29.030.115,08
Intangível		486.100,00	0,00
Total de Ativo		102.453.106,66	80.785.610,07

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Balanço 2023

	Nota	Exercicio 2023	Exercicio 2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.453.106,66	80.785.610,07
Passivo Circulante		11.853.131,47	1.397.848,25
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		4.986.547,02	1.011.200,40
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		750.822,78	207.999,41
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Curto Prazo		4.079.900,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		2.035.861,67	178.648,44
Passivo Não Circulante		0,00	4.637,59
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	4.637,59
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Patrimônio Líquido		90.599.975,19	79.383.124,23
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		500.000,00	0,00
Resultados Acumulados		90.099.975,19	79.383.124,23
Superávits ou Déficits Acumulados		90.099.975,19	79.383.124,23
Superávits ou Déficits do Exercício		10.547.093,66	11.667.933,77
Superávits ou Déficits do Exercício Anteriores		79.383.124,23	63.204.622,59
Ajustes de Exercícios Anteriores		169.757,30	4.510.567,87
Superavits ou Deficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão		0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados		0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		102.453.106,66	80.785.610,07

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PERMANENTES
Balanço 2023

	Nota	Exercicio 2023	Exercicio 2022
ATIVO (I)		102.453.106,66	80.785.610,07
Ativo Financeiro		19.983.570,82	1.206.763,50
Ativo Permanente		82.469.535,84	79.578.846,57
PASSIVO (II)		21.090.279,08	1.402.485,84
Passivo Financeiro		19.830.152,20	178.648,44
Passivo Permanente		1.260.126,88	1.223.837,40
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		81.362.827,58	79.383.124,23

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
Balanço 2023

	Nota	Exercicio 2023	Exercicio 2022
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		2.786.692,86	2.786.692,86
Garantias e Contra garantias recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		2.786.692,86	2.786.692,86
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
Garantias e Contra garantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		0,00	0,00
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)
Balanço 2023

	Nota	Exercicio 2023	Exercicio 2022
500 Recursos não Vinculados de Impostos		829.694,76	1.021.958,51
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		(286.500,00)	0,00
761 Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza		0,10	0,10
799 Outras Vinculações Legais		(389.776,24)	6.156,45
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		153.418,62	1.028.115,06

WILLIAN SILVA
Contador - CRC/MS-014883/O

PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA
Secretária de Estado

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 15 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
 Balanço 2023

	Nota	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		522.972.451,00	473.258.978,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas		475.764.748,90	422.856.123,45
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		47.207.702,10	50.402.855,43
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		512.425.357,34	461.591.045,11
Pessoal e Encargos		59.404.451,69	55.537.064,35
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		232.097.922,37	219.797.833,34
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		69.363.558,07	72.523.801,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		6.706,76	6.010,66
Transferências e Delegações Concedidas		5.176.430,18	1.656.371,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.211.530,38	487.488,93
Tributárias		1.580,15	0,00
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		144.163.177,74	111.582.474,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		10.547.093,66	11.667.933,77

WILLIAN SILVA
 Contador - CRC/MS-014883/O

PATRICIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA
 Secretária de Estado

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (POR EXERCÍCIO)
Balço 2023

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	0,00	18.000.517,22	0,00	18.000.517,22
PROCESSADOS	0,00	8.763.369,61	0,00	8.763.369,61
2023	0,00	8.763.369,61	0,00	8.763.369,61
NÃO PROCESSADOS	0,00	9.237.147,61	0,00	9.237.147,61
2023	0,00	9.237.147,61	0,00	9.237.147,61
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES	178.648,44	25.877.782,18	24.385.796,94	1.670.633,68
VALORES RESTITUÍVEIS	178.648,44	25.877.782,18	24.385.796,94	1.670.633,68
218810110 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	77.047,14	70.860,81	6.186,33
218810111 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MEDICA	4.468,77	3.552.720,41	3.253.461,23	303.727,95
218810113 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	4.941,41	74.211,92	69.838,39	9.314,94
218810114 - RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	0,00	5.419,26	5.030,52	388,74
218810115 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	9,97	8.309.647,34	7.612.971,02	696.686,29
218810199 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	18.525,50	305.735,29	274.623,56	49.637,23
218810401 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	141.628,37	141.628,37	141.628,37	141.628,37
218810403 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS	3.823,85	3.823,85	3.823,85	3.823,85
218819901 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	3.067.317,46	3.067.317,46	0,00
218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	4.038.184,88	3.731.356,35	306.828,53
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	4.443.570,96	4.443.570,96	0,00
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	5.250,57	1.754.340,86	1.609.577,48	150.013,95
218830106 - OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS	0,00	63.644,88	63.644,88	0,00
218850108 - ISS	0,00	40.489,56	38.092,06	2.397,50

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (POR UNIDADE)
 Balanço 2023

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	0,00	18.000.517,22	0,00	18.000.517,22
PROCESSADOS	0,00	8.763.369,61	0,00	8.763.369,61
810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS	0,00	8.763.369,61	0,00	8.763.369,61
NÃO PROCESSADOS	0,00	9.237.147,61	0,00	9.237.147,61
810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS	0,00	9.237.147,61	0,00	9.237.147,61
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES	178.648,44	25.877.782,18	24.385.796,94	1.670.633,68
VALORES RESTITUÍVEIS	178.648,44	25.877.782,18	24.385.796,94	1.670.633,68
650101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	178.648,44	0,00	178.648,44	0,00
810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS	0,00	25.877.782,18	24.207.148,50	1.670.633,68

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
Balço 2023

DETALHAMENTO DOS RESTOS A PAGAR

DESCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	LIQUIDADO	A LIQUIDAR
PROCESSADOS	8.763.369,61	0,00
NÃO PROCESSADOS	0,00	9.237.147,61
TOTAL:	8.763.369,61	9.237.147,61

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



DOCUMENTO
ASSINADO
ELETRONICAMENTE

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
810101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO PRINCIPAL
Balço 2023

	Nota	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		749.913.189,12	696.750.908,10
Receita Tributária		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		749.913.189,12	696.750.908,10
Transferências recebidas		0,00	0,00
Desembolsos		731.130.816,68	694.822.496,62
Pessoal e demais despesas		446.156.256,91	398.384.991,70
Juros e encargos da dívida		6.706,76	6.010,66
Transferências concedidas		9.609.934,33	20.841.076,63
Outros desembolsos operacionais		275.357.918,68	275.590.417,63
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		18.782.372,44	1.928.411,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos			
Alienação de Bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
Desembolsos			2.155.083,15
Aquisição de ativo não circulante		0,00	2.143.312,25
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		0,00	11.770,90
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)			(2.155.083,15)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			

	Nota	2023	2022
Ingressos			
Operações de crédito		0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
Desembolsos		5.565,12	5.565,12
Amortização /Refinanciamento da dívida		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		5.565,12	5.565,12
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		(5.565,12)	(5.565,12)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		18.776.807,32	(232.236,79)
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		1.206.763,50	1.439.000,29
Caixa e Equivalente de caixa final		19.983.570,82	1.206.763,50

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
Balanço 2023

	Nota	2023	2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais			
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais			
Outras transferências recebidas			
Total das Transferências Recebidas			
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		620.000,00	1.581.180,61
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		620.000,00	1.581.180,61
Intragovernamentais		7.837.134,33	8.296.298,94
Outras transferências concedidas		1.152.800,00	10.963.597,08
Total das Transferências Concedidas		9.609.934,33	20.841.076,63

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
Balanço 2023

	Nota	2023	2022
Legislativa		0,00	0,00
Judiciária		0,00	0,00
Essencial à Justiça		0,00	0,00
Administração		0,00	0,00
Defesa Nacional		0,00	0,00
Segurança Pública		0,00	0,00
Relações Exteriores		0,00	0,00
Assistência Social		446.143.256,91	398.384.991,70
Previdência Social		0,00	0,00
Saúde		0,00	0,00
Trabalho		0,00	0,00
Educação		0,00	0,00
Cultura		0,00	0,00
Direitos da Cidadania		13.000,00	0,00
Urbanismo		0,00	0,00
Habituação		0,00	0,00
Saneamento		0,00	0,00
Gestão Ambiental		0,00	0,00
Ciência e Tecnologia		0,00	0,00
Agricultura		0,00	0,00
Organização Agrária		0,00	0,00
Indústria		0,00	0,00
Comércio e Serviços		0,00	0,00
Comunicações		0,00	0,00
Energia		0,00	0,00
Transporte		0,00	0,00
Desporto e Lazer		0,00	0,00
Encargos Especiais		0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		446.156.256,91	398.384.991,70

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
Balço 2023

	Nota	2023	2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		6.706,76	6.010,66
Total dos Juros e Encargos da Dívida		6.706,76	6.010,66

WILLIAN SILVA
Contador - CRC/MS-014883/O

PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA
Secretária de Estado

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023**BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****1 INTRODUÇÃO**

As Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – (DCASP) e parte integrante das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, devendo ser claras, sintéticas e objetivas.

As Demonstrações Contábeis evidenciam os resultados das gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do órgão, elaboradas segundo as normas federais e estaduais que regem a matéria, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e incorporam as mudanças introduzidas pela Lei Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP), complementadas pelas orientações contidas nas portarias federais publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, sendo os dados contábeis oriundos essencialmente do Sistema de Planejamento e Finanças-SPF.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, devendo ser claras, sintéticas e objetivas.

2 CONTEXTO OPERACIONAL

A SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS (SEAD), pessoa jurídica de direito público interno, criado pela lei nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022 (lei que reorganiza a estrutura básica do poder executivo do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências) é um órgão que compete:

I - A recepção de reivindicações da população e a proposição de medidas preventivas que assegurem a proteção social, a garantia da vida e a redução de danos aos cidadãos, como consequência de ação ou omissão do Estado;

II - A coordenação, a fiscalização e a execução da política de defesa dos direitos do consumidor.

III - O acompanhamento e a promoção da aplicação das normas dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação correlata.

IV - A gestão da política estadual de assistência social em Mato Grosso do Sul, organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

V - A implementação e a consolidação do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social nos Municípios.

VI - A implementação, em forma de cooperação intergovernamental, de ações que promovam a integração familiar, para o fortalecimento da identidade e da convivência em sociedade dos destinatários da política de assistência social.

Entre outras competências previstas no artigo 21 da referida lei 6.035 de 26 de dezembro de 2022.

Seu número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ é número 04.150.335/0001-47, tendo a sua sede administrativa situada em Campo Grande, na Av. Desembargador Nunes da Cunha, s/n, Bloco 03 Parque dos Poderes.

As atividades operacionais da UG 810101 são amparadas pela Lei Estadual nº 5.988, de 06 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2023) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2023.

As demonstrações financeiras deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF).

Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2.1 Fundos Vinculados à SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS (SEAD)

- I – Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS);
- II – Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor (FEDDC);
- III – Fundo Estadual para Infância e Adolescência (FEINAD);
- IV – Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FEDPI);
- V – Fundo Estadual de Apoio dos Direitos das Pessoas com Deficiência (FEAD-PCD/MS)

Apesar dos Fundos serem vinculados a SEAD, as demonstrações financeiras dos Fundos não fazem parte deste balanço, pois são apresentadas separadamente e de remessa individualizada de acordo com as legislações vigentes.

3 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

4 DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda Funcional e de Apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

4.2 Disponibilidades - As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

4.3 Reconhecimento de Ativos - Os Ativos são classificados em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE de acordo com a expectativa de realização e são reconhecidos como Ativos os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Os aspectos de reconhecimento e mensuração estão em conformidade com o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual e as demais NBC TSP aprovadas e publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

4.4 Créditos e Dívidas - Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

4.5 Restos a Pagar – Os Restos a Pagar são despesas orçamentárias empenhadas pela Administração Pública e não pagas até 31 de dezembro de 2023, destacando as processadas das não processadas:

I- Restos a Pagar Processados são as despesas legalmente empenhadas e efetivamente liquidadas no Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), com a entrega do material, a prestação do serviço ou a execução da obra, pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2023;

II- Restos a Pagar Não Processados, são as despesas de caráter essenciais, legalmente empenhadas, mas que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro de 2023, ou seja, cumpriram apenas o 1º estágio da despesa, condicionadas à existência da disponibilidade financeira necessária à sua cobertura.

O Decreto 16.317, de 10 de novembro de 2023, dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil do exercício, em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e dá outras providências. O decreto estabeleceu que somente devem ser inscritos em restos pagar as despesas empenhadas de competência do exercício, quais sejam, aquelas que as mercadorias foram entregues ou os serviços foram prestados.

4.6 Estoques - É composto pelos materiais adquiridos, produzidos, recebidos enquanto não utilizados para a destinação específica. O valor de custo dos estoques inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04/2016

4.7 Imobilizado - O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação, Amortização, Exaustão e Reavaliação para os Bens Imóveis conforme característica do bem. Porém quando esses ativos forem obtidos a título gratuito deve-se considerar o valor resultado da avaliação ou pelo valor patrimonial definindo nos termos da doação. O Valor Líquido Contábil do Imobilizado é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada, bem como das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os bens de uso comum do povo podem ser encontrados na classe de ativos de infraestrutura e seguem a mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados.

O reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado do Estado está em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.

4.8 Intangível - O ativo intangível é reconhecido pelo seu custo, atualizados pelas respectivas amortizações e exaustão conforme a características do bem. (NBC TSP 08/2017 e item 6, dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP, da 9ª edição do MCASP). Caso o intangível seja obtido a título gratuito, o valor inicial do intangível em questão será feito com base em procedimentos técnicos ou com base no termo de doação.

4.9 Depreciação, Amortização e Exaustão - A depreciação, amortização e exaustão são apuradas mensalmente, sendo que o valor depreciado, amortizado ou exaurido e registrado no sistema eletrônico de administração de bens patrimoniais utilizado pelo Estado, bem a bem e reconhecido nas contas do resultado do exercício. O método de depreciação utilizado pelo Estado é o Método das Quotas Constantes, e a tabela de vida útil e o valor residual dos bens deve ser aplicada no cálculo da depreciação, de acordo com os critérios definidos pela Secretaria de Estado de Fazenda. A depreciação de um ativo, bem como a amortização de ativos intangíveis com vida útil definida têm início quando o item estiver disponível para uso, e a exaustão deve ter início a partir do registro do respectivo ativo. A depreciação e a amortização cessam quando o ativo se torna obsoleto ou é retirado temporariamente de operação. A depreciação e a amortização são reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

4.10 Contabilização da retenção para fins orçamentários - Esta Secretaria adota a política contábil de registro das retenções na conta “crédito empenhado liquidado pago” no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

4.11 Distinção entre Circulante e Não Circulante - A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são consideradas como circulante, independente do prazo de devolução do recurso. Os demais serão classificados como não circulantes.

4.12 Apuração do Resultado - Os resultados do período foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo assim, as receitas orçamentárias são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias são reconhecidas pelo empenho no exercício. As despesas orçamentárias que foram empenhadas e não pagas foram inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o surgimento do seu fato gerador.

5. BASES DE MENSURAÇÃO

5.1 Imobilizado - Os Procedimentos Contábeis Patrimoniais aplicados ao Ativo Imobilizado do órgão estão em consonância com as Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado e 12-Contabilização de Transferências Bens Móveis e Imóveis. A Gestão do patrimônio do Estado, realizada pela Superintendência de Patrimônio, Gestão Documental e Frotas – SUPGDF unidade central de gestão patrimonial do Estado da Secretaria de Estado de Administração, elaborou a Nota Explicativa N.01/2024.

Inventário de Patrimônio Mobiliário - Implantação do Projeto de Inovação da Gestão do Patrimônio Mobiliário que teve como escopo mapear, desenvolver e implantar as melhores práticas de gestão mobiliária e implementação do sistema SISMOBI (Sistema Informatizado de Móveis, Intangíveis e Semoventes).

Os Procedimentos de Amortização, Depreciação, Reavaliação dos bens móveis, imóveis e intangíveis, estão sendo realizados conforme dispõe as legislações aplicadas e Decretos Estaduais:

- Decreto n. 16.268 04/09/2023: Obrigatoriedade de realização de inventário dos bens móveis, intangíveis e semoventes;
- Decreto n. 16.291 09/10/2023: Instituição do Sistema de Gestão de Patrimônio Mobiliário (SGPM), criando a Rede de Patrimônio Mobiliário de Mato Grosso do Sul (REMOBI);
- Decreto n. 16.293 09/10/2023: Procedimentos de reconhecimento, definição de vida útil contábil, amortização, reavaliação, redução ao valor recuperável e baixa de bens intangíveis sob a responsabilidade dos órgãos e entidades;
- Decreto n. 16.294 09/10/2023: Procedimento de análise, classificação, desfazimento e baixa de bens móveis, intangíveis e semoventes inservíveis
- Decreto n. 16.295 09/10/2023: Gestão dos bens móveis, intangíveis e semoventes no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

Em 2023, na realização do inventário foram realizadas as seguintes ações:

- Mapeamento e otimização do procedimento de realização de inventário;
- Adequação da base legal;
- Adequação da infraestrutura tecnológica;
- Execução e monitoramento, e
- Encerramento do inventário.

A normatização definida pela legislação elaborada e publicada pelo Estado, permitiu a padronização da execução do inventário dos bens móveis em todos os órgãos. Houve também melhora significativa na qualidade das informações patrimoniais através da identificação e baixa de inúmeros bens móveis que não existiam mais fisicamente, bens que sequer deveriam ter sido cadastrados que foram devidamente identificados e baixados no inventário 2023. Além do relatado, também foi realizada a incorporação de bens móveis fisicamente existentes que não tinham cadastro no sistema informatizado que garantiu maior veracidade nas informações patrimoniais.

Inventário de Patrimônio Bens Intangíveis – Foi realizado pela Secretaria Executiva de Transformação Digital da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, como dona da política de intangíveis (softwares) do Estado de Mato Grosso do Sul, ela foi responsável por verificar valores de mercado adequados aos softwares que já estavam amortizados e por informar quais bens deveriam ser baixados ou incorporados.

Inventário de Patrimônio Bens Imóveis – Com a publicação da nova Lei de Regime Jurídico de Bens Imóveis, lei estadual nº 6.171 de 20 de dezembro de 2023 (em substituição a lei nº 273/1981), já se adequando a nova lei de licitações, trabalho conjunto da Secretaria de Administração e da Procuradoria Geral do Estado, que permitirá a melhoria das demais legislações essenciais às atividades de gestão patrimonial imobiliária do Estado.

Neste sentido, estão em processo a regularização de uso de bens imóveis ocupados por esta secretaria, pela afetação do órgão gestor responsável pela administração dos imóveis do Estado (SAD), por meio de Termo de Afetação, e consequentes registros de transferência patrimonial e contábil.

A realização dos bens imóveis demonstrou-se extremamente satisfatória pois, mesmo diante da necessidade de realização do Projeto de Censo Imobiliário, foi possível entregar o inventário e iniciar as correções de discrepância contábeis e patrimoniais, já apontadas Egrégia Corte de Contas.

De mais, prevê-se a continuidade dos trabalhos iniciado em 2023 para que até o ano de 2025 seja possível realizar o inventário do patrimônio imobiliário de forma completa, contendo todos os imóveis, com informações precisas, trazendo transparência e eficiência na gestão patrimonial dos bens de propriedade do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço Orçamentário demonstrou as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

As despesas foram demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

6.1 DOTAÇÃO ATUALIZADA

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício financeiro de 2023, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos e, que resultou num montante de **R\$ 596.285.471,77**, conforme abaixo detalhado:

Descrição	R\$
Dotação Inicial	238.034.200,00
(+) Créditos Adicionais	358.251.271,77
(=) Dotação Atualizada	596.285.471,77

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

6.2 CRÉDITOS ADICIONAIS

A LOA aprovada pelo Legislativo representava a expectativa de gastos e arrecadação para o exercício financeiro. Durante a sua execução diversos fatores contribuíram para alteração do cenário previsto inicialmente. Os créditos adicionais são autorizações para despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

Fontes de Financiamento: Consideram-se recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, conforme disposto no §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964:

I – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – Os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
IV – O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Fontes de Financiamento	Valor
Inciso I – Superávit Financeiro	50.856.734,69
Inciso II – Excesso de Arrecadação	320.540.708,00
Inciso III – Suplementação	284.471.027,16
(-) Inciso III – Redução	(297.617.198,08)
Total de Créditos Adicionais	358.251.271,77

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

6.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário demonstra o valor atingido pelo órgão na gestão orçamentária dos recursos. O resultado orçamentário é obtido através da diferença entre as Receitas Orçamentárias deduzidas das Despesas Orçamentárias.

Descrição	\$
Receitas Realizadas	0,00
(-) Despesas Empenhadas	473.778.980,34
(=) Resultado Orçamentário	473.778.980,34

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

O resultado orçamentário do período foi deficitário de R\$ 473.778.980,34, sendo obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 0,00) e a despesa empenhada (R\$ 473.778.980,34).

O déficit e desequilíbrio orçamentário se devem ao fato de que o órgão não é um agente arrecadador e depende de transferências financeiras do Tesouro para a execução de despesas orçamentárias, como a prestação de serviços públicos e manutenção de suas atividades.

Com relação ao fluxo financeiro demonstrado no Balanço Financeiro, pode-se constatar que o saldo de "Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária" (R\$ 474.874.002,63) é compatível com o saldo da coluna "Despesas Pagas" (R\$ 455.778.463,12) no Balanço Orçamentário.

6.4 PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM RELAÇÃO AOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

O órgão mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente; mantém-se o resto a pagar não processado liquidado a pagar inscrito como restos a pagar não processados.

6.5 CONCILIAÇÃO DOS VALORES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO COM OS VALORES DO DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA.

Despesas Pagas/Desembolsos

Anexo 12-Balanco Orçamentário (BO)		Anexo 18-Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	
Despesas Pagas + Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos.		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento. Desembolsos	
Descrição	R\$	Descrição	R\$
Pessoal e encargos sociais	55.327.047,40	Pessoal e demais despesas	446.156.256,91
Juros e encargos da dívida	6.706,76	Juros e encargos da dívida	6.706,76
Outras despesas correntes	399.800.943,84	Transferências concedidas	9.609.934,33
Investimentos	638.200,00	Aquisição de ativo não circulante	0,00
Amortização da dívida	5.565,12	Outros desembolsos de Investimento	0,00
Restos a pagar processados pagos	0,00	Outros desembolsos de financiamentos	5.565,12
Restos a pagar não processados pagos	0,00		
Total	455.778.463,12	Total	455.778.463,12

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

7. ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias pelo valor empenhado, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, conforme art. 103 da lei 4.320/64.

INGRESSOS

7.1 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

Refletem as movimentações de recursos **Financeiros** entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta. São demonstradas as transferências orçamentárias e extraorçamentárias.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			
	Financeiras	Não Financeiras	Saldo
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	474.874.002,63	0,00	474.874.002,63
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS			
TOTAL	474.874.002,63		474.874.002,63

7.2 RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento. Também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

- a) Inscrição em Restos a Pagar não Processados do Exercício: R\$ 9.237.147,61
 b) Inscrição em Restos a Pagar Processados do Exercício: R\$ 8.763.369,61
 c) Depósitos restituíveis e valores vinculados: R\$ 25.864.517,50. Refere-se a consignações, retenções e adiantamento de salário.

Descrição	Recebimentos Extraorçamentários	
SALÁRIOS,REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO - ANEXO 13	R\$	3.054.052,78
SALÁRIOS,REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO - ANEXO 17	R\$	3.067.317,46
Diferença (-)	R\$	13.264,68

A divergência de valores é referente a retificação de informação sobre a compensação do salário maternidade do 13º salário. Foi retificado por meio de lançamentos débito e crédito da conta corrente contábil CNPJ 15412257000128 para PF 000001 utilizando o evento 540265/540174.

- d) outros recebimentos extraorçamentários: R\$ 249.174.668,99. Conforme detalhado no quadro abaixo, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o "Saldo do Exercício Anterior" e "Saldo para o Exercício Seguinte".

Conta Contábil	Descrição	R\$
113110102	13º Salário Adiantamento	2.926.892,25
113110199	Outros adiantamentos a Pessoal	545,18
113810600	Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	244.672.369,65
113810801	Créditos a Receber - Salário Família Pago-RGPS	62,02
113810901	Créditos a Receber-Salário Maternidade, Pago-RGPS	117.911,36
113812801	Créditos a Receber de Entidades Federais	8.776,97
113819999	Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo	2.101,41
218919803	Suprimento de Fundos – Conciliação Bancária	57.071,81
237110402	Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	1.388.938,34
Total de Outros Recebimentos Extraorçamentários		249.174.668,99

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

DISPÊNDIOS

7.3 DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária foi de R\$ 473.778.980,34, correspondente à despesa empenhada no exercício. Comparado com o exercício anterior (2022), observa-se um aumento de 12,8%.

Descrição	2023	2022
Despesa Orçamentária	473.778.980,34	420.009.084,43

d) outros pagamentos extraorçamentários: R\$ 249.174.123,81. Conforme detalhado no quadro abaixo, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o "Saldo do Exercício Anterior" e "Saldo para o Exercício Seguinte".

Conta Contábil	Descrição	R\$
113110102	13º Salário Adiantamento	2.926.892,25
113810600	Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	244.672.369,65
113810801	Créditos a Receber - Salário Família Pago-RGPS	62,02
113810901	Créditos a Receber-Salário Maternidade, Pago-RGPS	117.911,36
113812801	Créditos a Receber de Entidades Federais	8.776,97
113819999	Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo	2.101,41
218919803	Suprimento de Fundos – Conciliação Bancária	57.071,81
237110402	Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	1.388.938,34
Total de Outros Pagamentos Extraorçamentários		254.064.347,89

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

7.6 PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Fonte	Pagos	Cancelados	Transferidos para exercício seguinte
Anexo 17- Demonstrativo da Dívida Flutuante- Movimentação do Período: Baixa	0,00	0,00	0,00
Balanco Financeiro (BF)- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00		

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

7.7 PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Fonte	Pagos	Cancelados	Transferidos para o Exercício Seguinte
Anexo 17- Demonstrativo da Dívida Flutuante - Movimentação do Período: Baixa	0,00	0,00	0,00

Balanco Financeiro (BF) - Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
---	-------------

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

7.8 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balanco Financeiro foi positivo no valor de R\$ 18.776.807,32, e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano do no início do ano.

Descrição	R\$
Saldo do exercício Anterior	1.206.763,50
Saldo para o Exercício Seguinte	19.983.570,82
Resultado Financeiro	18.776.807,32

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

7.9 CONCILIAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM O RESULTADO FINANCEIRO

Item	2023
Saldo do Exercício Anterior (BF)	1.206.763,50
(+) Receitas Orçamentárias Arrecadadas (BO)	0,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas (BF)	474.874.002,63
(+) Recebimentos Extra orçamentário (BF)	293.039.703,71
(-) Despesas Orçamentárias Pagas (BO)	(455.778.463,12)
(-) Transferências Financeiras Concedidas (BF)	(1.811.262,61)
(-) Inscrição de Restos a Pagar Não Processados (BF)	(9.237.147,61)
(-) Inscrição de Restos a Pagar Processados (BF)	(8.763.369,61)
(-) Pagamentos Extraorçamentários (BF)	(273.546.656,07)
Saldo para o Exercício Seguinte (BF)	19.983.570,82

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

8. ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL

(MCASP 9ª Edição) "O Balanço Patrimonial **Anexo 14** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial está estruturado em duas seções, o "Ativo" que representa os bens e direitos e o "Passivo e Patrimônio Líquido", que representam as obrigações e o Saldo Patrimonial. Sendo que o Ativo e Passivo se desdobram em contas do Circulante e Não Circulante. O Patrimônio Líquido que representa o Saldo Patrimonial ou a Situação Líquida Patrimonial, demonstra os valores residuais dos ativos, depois de deduzidos todos os passivos. Portanto, através do saldo positivo ou negativo, é possível avaliar a situação líquida do patrimônio público. A elaboração do BP, tem sua origem no "Balancete de Verificação Consolidado do Encerramento do Exercício", obtido do SPF em 31 de dezembro do exercício analisado, possibilitando, também, através deste, quando necessário, um maior detalhamento do saldo das contas contábeis. Para a elaboração do Balanço Patrimonial, foi utilizada a IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial (atualizado em janeiro 2020) e do MCASP.

ATIVO

O Ativo demonstrado no quadro principal do Balanço Patrimonial é estruturado de acordo com os conceitos contábeis de ativos circulante e não circulante, que são assim compreendidos segundo o prazo e o ciclo operacional do Estado de MS e suas contas são classificadas de acordo com o grau de conversibilidade (significativa da transformação de bens e direitos em moeda corrente).

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Total	102.453.106,66	80.785.610,07

ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou que tenham expectativa de realização até doze (12) meses da data das demonstrações contábeis.

8.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

As disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual são aplicadas no mercado financeiro em instituições financeiras que apresentem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Demais Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios.

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos aplicados no mercado financeiro, os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) são aplicados de acordo com as legislações específicas das concedentes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Conta Única	19.348.405,11	7.525,15
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	635.165,71	1.199.238,35
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	19.983.570,82	1.206.763,50

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

8.2 DEMAIS CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Em 2022, a conta "Demais Créditos a Curto Prazo" representou aproximadamente 96,97% do Ativo Circulante e 62,12% do Ativo Total. Já em 2023, esta mesma conta contribuiu aproximadamente 71,1% para formação do Ativo Circulante e 54,7% do Ativo Total.

Descrição	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Adiantamentos de Entidades sem fins lucrativos	30.837.774,71	55,0	27.518.199,33	54,8
Transferências Voluntárias – Auxílios	16.594.534,19	29,6	14.681.409,57	29,2
Adiantamentos Concedidos – Inter OFSS Municípios - Convênios	8.597.068,18	15,3	7.977.068,18	15,8
Outros Créditos por Dano ao Patrimônio	270,00	0,0	270,00	0,0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,0	0,00	0,0
Créditos a Receber de Entidades Federais	8.776,97	0,0	8.776,97	0,0
Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo	2.101,41	0,0	2.101,41	0,0
Total Demais Créditos a Curto Prazo	56.040.525,46	100	50.187.825,46	100

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

- a) Adiantamento de Entidades sem fins lucrativos: Pagamentos a Entidades sem fins lucrativos através de Chamamento Público;
- b) Transferências Voluntárias - Auxílios: Pagamentos a Entidades sem fins lucrativos através de Emendas Parlamentares, Ação Direta.
- c) Adiantamentos Concedidos – Inter OFSS Municípios - Convênios: São transferências de recursos financeiros por auxílios e contribuições realizados aos municípios através de convênios.
- d) Outros Créditos por Dano ao Patrimônio: Créditos administrativos.
- e) Depósitos e Restituíveis e Valores Vinculados: Refere-se a depósitos e cauções relativos a contratos ou convenções.

8.3 ESTOQUE

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades. Em 2022, a conta "estoque" representou menos de 1% do Ativo total e do Ativo Circulante. Já em 2023, o estoque representou aproximadamente 3,6% do Ativo Circulante e 2,8% do Ativo Total

Descrição	31/12/2023	%	31/12/2022	%
-----------	------------	---	------------	---

1. Mercadorias para Doação	2.499.000,00	88,1	0,00	0,0
2. Almoxarifado	334.674,85	11,8	345.906,03	100,0
2.1 Material de consumo	176.479,23		159.328,08	
2.2 Gêneros Alimentícios	23.326,93		14.097,08	
2.3 Autopeças Manutenção Veículos	64.486,81		82.187,57	
2.4 Material de Expediente	70.381,88		90.293,30	
Estoques	2.833.674,85	100	345.906,03	100

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

a) Mercadorias para doação (R\$ 2.499.000,00): Aquisição de vestuários e afins (cobertor - tipo casal), para atender os 79 municípios e Defesa Civil do estado de MS, beneficiando o público prioritário atendido pelo Sistema único de Assistência Social - SUAS. Nota de Liquidação: 2023LQ001386 e 2023LQ001387.

8.4 VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	15.000,00	15.000,00

R\$ 15.000,00 - Liquidação referente pagamento da anuidade do Fórum Nacional de Secretários (AS), de Assistência Social - FONSEAS.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo Não Circulante compreende os ativos que têm expectativa de realização acima de doze (12) meses da data das demonstrações contábeis, ou seja, difere do ativo circulante apenas pelo prazo de conversibilidade dos bens e direitos.

8.5 IMOBILIZADO

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos, destinados a manutenção das atividades do órgão, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os critérios de avaliação patrimonial adotados pelo Estado no âmbito do Poder Executivo são o custo de aquisições, produção ou construção, incluindo gastos complementares.

Ativos imobilizados ou intangíveis obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta, na Secretaria de Estado de Administração (SAD).

Em 2022, o Ativo Imobilizado contribuiu em 99,37% para formação do Ativo Não Circulante e 39,94% na composição do Ativo Total. Já em 2023, o Ativo Imobilizado contribuiu em 97,9% para formação do Ativo Não Circulante e 22,5% na composição do Ativo Total.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
1. Bens Móveis	23.039.121,79	25.832.189,02
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	241.523,56	558.856,36
Bens de Informática	2.019.938,24	3.215.245,39
Móveis e Utensílios	4.911.577,16	5.832.601,06
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	353.732,92	602.431,29
Veículos	12.662.220,39	13.568.646,17
Bens em Poder de Outra Unidade ou Terceiros	1.734.138,56	1.448.455,07
Bens Móveis a Alienar	694.007,00	0,00
Outros Bens Móveis	421.983,96	605.953,68
2. (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(4.488.388,71)	(3.798.506,77)
3. Total de Bens Móveis (1-2) =	18.550.733,08	22.033.682,25
4. Bens Imóveis	4.543.502,45	6.996.432,83
Bens de Uso Especial – Edifícios	462.915,18	0,00
Bens Dominicais - Terrenos	25.842,05	25.842,05
Obras em Andamento	3.839.893,58	5.384.226,76
Instalações	16.118,17	16.118,17
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	198.733,47	198.733,47
Outros Bens Imóveis	0,00	1.371.512,38
5. Total do Ativo Imobilizado (3+4) =	23.094.235,53	29.030.115,08

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

Bens Móveis

Os Bens Móveis são demonstrados pelo custo de aquisição ou incorporação menos a depreciação acumulada dos bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substancia ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Em números, o inventário da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (SEAD), em 31/12/2023 possuía 13.741 (treze mil, setecentos e quarenta e um) bens móveis cadastrados no sistema SISMOBI, totalizando R\$ 18.550.733,08.

(-) Depreciação Acumulada- Bem Móveis - Compreende a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, bens móveis, devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência.

Bens Imóveis

Em 2023 os Bens Imóveis, contribuíram com 19,7% para formação do Ativo Imobilizado e 4,4% para formação do Ativo Total.

Bens de Uso Especial – Edifícios (R\$ 462.915,18): Transferência de bens imóveis descritos nos MMBI nº 0670/2023, 0671/2023 e Termo de Afetação, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Administração (SAD) e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEAD). Nota de Lançamento: 2023NL00379 e 2023NL00381.

Na conta contábil “Obras em Andamento” R\$ 3.839.893,58: Em novembro/2023, houve uma transferência para a SAD (Secretaria de Administração e Desburocratização) no valor de R\$ 2.915.845,56, conforme Nota de Lançamento 2023NL000520, referente a incorporação ao patrimônio imobiliário do Estado, após a efetiva averbação na matrícula do imóvel sobre o número 36.204 - LIVRO 2 - registro geral, 1 tabelião oficial de registro de imóveis na comarca de ponta Porã. Em dezembro/2023, houve a reclassificação de bens imóveis, transferência no valor de R\$ 1.371.512,38 da conta 123219999 - OUTROS BENS IMÓVEIS para a conta 123210601 - OBRAS EM ANDAMENTO.

8.6 INTANGÍVEL

Os Bens Intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esta rubrica é composta por softwares.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Softwares	500.000,00	540.000,00
(-) Amortização Acumulada	(13.900,00)	(540.00,00)
Intangível	486.100,00	0,00

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

Os bens intangíveis compreendem, especificamente, os softwares adquiridos de empresas especializadas visando atender a necessidades específicas da secretaria.

Conforme informado em “5. Bases de Mensuração”, foi realizado pela Secretaria Executiva de Transformação Digital da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, como dona da política de intangíveis (softwares) do Estado de Mato Grosso do Sul, ela foi responsável por verificar valores de mercado adequados aos softwares que já estavam amortizados e por informar quais bens deveriam ser baixados ou incorporados.

Resultado do inventário da SEAD, identificou-se a existência, em 31 de dezembro de 2023, 03 bens intangíveis, totalizando R\$ 486.100,00.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

8.7 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios a qual o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais com vencimento no curto prazo.

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo contribuirão 72,34% para formação do Passivo Circulante e englobam as obrigações referentes:

- a) às remunerações legalmente cabíveis aos servidores públicos estaduais ativos em geral, inclusive quanto aos benefícios que os empregados públicos ou os servidores estatutários tenham direito;
- b) Benefícios Assistenciais a Pagar;
- c) Encargos Sociais a Pagar;

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
1. Pessoal a Pagar	3.633.967,69	1.003.008,08
Salário, Remunerações e Benefícios.	2.238.255,55	0,00
Décimo Terceiro Salário	0,00	0,00
Férias	1.395.712,14	1.003.008,08
2. Benefícios Assistenciais a Pagar	243.231,05	0,00
Bolsa Auxílio	242.331,05	0,00
Programa Estadual – MS Turismo	900,00	0,00
3. Encargos Sociais a Pagar	950.346,98	8.192,32
Contribuição a Regime Próprio de Previdência (RPPS)	619.076,44	2.627,20
Contribuição Previdenciária (RPPS)-Débitos Parcelados	0,00	0,00
Contribuições ao RGPS- Salários e Remunerações	326.265,96	0,00
Contribuição ao RGPS – Débitos Parcelados	4.637,59	5.565,12
Contribuição ao RPPS – Pessoal Requisitado de Outros Entes	366,99	0,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a curto prazo	4.986.547,02	1.011.200,40

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

Benefícios Assistenciais a Pagar - Compreende as obrigações a curto prazo relativas aos benefícios assistenciais. A conta contábil corresponde a políticas públicas de transferência de renda.

Encargos Sociais a Pagar - Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus servidores, empregados e familiares, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

8.8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

8.9 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Valores a pagar não financiados, ou seja, em uma única parcela, aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais da entidade.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores Nacionais – Não Parcelados	748.822,78	205.999,41
Demais Fornecedores a Pagar	0,00	0,00
Contas Não Parceladas a Pagar	2.000,00	2.000,00
Fornecedores e Contas a Pagar	750.822,78	207.999,41

8.10 TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO

Compreende os recursos a serem transferidos entre os entes da Federação, às entidades do setor privado ou referentes aos repasses para execução orçamentária.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contribuições	2.184.975,38	0,00
Subvenções Sociais	1.894.924,62	0,00
Transferências Fiscais a Curto Prazo	4.079.900,00	0,00

Referente transferência de Recursos a entidades através Chamamentos Públicos, Emendas Parlamentares, entre outros.

8.11 DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Consignações – Seguros, Empréstimos e Outros	1.065.941,48	27.945,65
Depósitos Não Judiciais – depósito de terceiros e cauções	145.452,22	145.452,22
Consignações – Imposto de Renda Retido na Fonte	306.828,53	0,00
Consignações – Contribuição ao RGPS	150.013,95	5.250,57
Consignações – Contribuição ISS	2.397,50	0,00
Outras Indenizações e Restituições	365.227,99	0,00
Demais obrigações a Curto Prazo	2.035.861,67	178.648,44

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

Outras Indenizações e Restituições -R\$ 365.227,99: Refere-se à Liquidação dos cessionários cedidos para SEAD.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante compreende as obrigações cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data das demonstrações contábeis (longo prazo).

8.12 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A LONGO PRAZO

A conta denominada Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo compreende as obrigações referentes às remunerações legalmente cabíveis aos servidores públicos estaduais ativos em geral, inclusive quanto aos benefícios que os empregados públicos ou os servidores estatutários tenham direito, aos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, a outros encargos de pessoal a pagar e aos benefícios assistenciais que tenham vencimento em longo prazo.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdenciária – RPPS – Débitos Parcelados - Patronal	0,00	0,00
Contribuições ao RGPS – Débito Parcelado	0,00	4.637,59
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a longo Prazo	0,00	4.637,59

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

8.13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio líquido compreende a diferença entre o Ativo Circulante e Não Circulante e o Passivo Circulante e Não Circulante.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Resultados Acumulados	90.599.975,19	79.383.124,23
Total do Patrimônio Líquido	90.599.975,19	79.383.124,23

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

Resultados Acumulados – Compreende o saldo remanescente dos superávits ou déficits acumulados.

RESULTADOS ACUMULADOS		
Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Superávit/Déficits Exercícios Anteriores	79.383.124,23	63.204.622,59
Superávit/Déficits do Exercício	10.547.093,66	11.667.933,77
Ajuste de Exercícios Anteriores	169.757,30	4.510.567,87
Resultado Acumulado	90.099.975,19	79.383.124,23

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

8.14 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O art. 37 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Ajustes de Exercícios Anteriores Decorrentes de:	
Despesas Empenhadas no Elemento "92"	R\$ 0,00
Retificação de Erros de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00
Incorporação de Bens Móveis de Exercícios Anteriores	R\$ 169.757,30

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RETIFICAÇÕES DE ERROS			
Data do Lançamento	Número do Documento	Valor	Observação
31/12/2023	2023NL0687	R\$ 169.757,30	Refere-se a Incorporação de bens móveis Nota de incorporação nº 1392929 processo 81/017849/2023 inventario de bens moveis e intangíveis da SEAD, em conformidade com o decreto 16.268 de 04/09/2023 e o oficio circular 2657/GAB/SAD/2023 de 04/10/2023.

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

8.15 QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

Foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 "Crédito Empenhado a Liquidar" e "Restos a Pagar Não Processados a Liquidar". (Item 4.2.2, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do MCASP, 9ª edição).

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante	78.872.771,13	51.755.494,99
Ativo Não Circulante	23.580.335,53	29.030.115,08
Ativos Financeiros e Permanentes	102.453.106,66	80.785.610,07

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
-----------	------------	------------

Passivo Circulante	11.853.131,47	1.397.848,25
Passivo Não Circulante	0,00	4.637,59
Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Exercício	9.237.147,61	0,00
Inscrição de Restos a Pagar não Processados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

Anexo 14 - Balanço Patrimonial – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes		Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante – Saldo para o Exercício Seguinte	
Descrição	R\$	Descrição	R\$
Passivo Financeiro	19.830.152,20	Restos a Pagar Processados	8.763.369,61
		Restos a Pagar Não Processados	9.237.147,61
		Depósitos/Consignações	1.670.633,68
Total	19.830.152,20	Total	19.671.150,90
		(211220601) Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro a Pagar	159.001,30
		Total	19.830.152,20

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

8.16 QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Somente são considerados os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio, desconsiderando-se os atos potenciais já executados conforme estabelecido na IPC 04-Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial).

Anexo 14- Balanço Patrimonial – Quadro das Contas de Compensação		Balancete de Verificação – Razão Analítico	
Descrição	R\$	Conta Contábil/Descrição	R\$
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	2.786.692,86	(811210101) Convênios a Receber	268.856,74
		(811210102) Convênios a Comprovar	2.517.836,12
Total	2.786.692,86	Total	2.786.692,86

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

9. ANEXO 15- DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

9.1 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com Transferências Recebidas, sendo: intergovernamentais, intragovernamentais, de instituições multigovernamentais, de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, de convênios e do exterior, tanto financeiras como Não Financeiras.

Descrição	2023
Repasse Recebido – Executivo	428.167.045,30
Repasse Recebido – Superávit Financeiro	46.706.957,33
Transferências Recebidas de Bens Imóveis – Unidades do mesmo órgão - Independentes de Execução Orçamentária	462.915,18
Transferências Recebidas de Bens Móveis – Unidades do mesmo Órgão - Independentes de Execução Orçamentária	115.844,62
Transferências Recebidas de Bens Móveis – Unidades de Órgãos Diferentes - Independentes de Execução Orçamentária	12.000,00
Outras Transferências Não Financeiras Recebidas – Independentes de Execução Orçamentária	299.986,47
Transferências Intragovernamentais Recebidas	475.764.748,90

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

9.2 VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Descrição	2023	2022
1. Valorização e Ganhos com Ativo	47.207.702,10	48.842.588,80
Incorporação de Estoque em Almoxarifado	208.184,82	173.551,88
Incorporação de Imobilizado	0,00	97.071,00
Incorporação de materiais de distribuição Gratuita	46.999.517,28	48.571.965,92
2. Desincorporação de Passivos	0,00	1.560.266,63
Cancelamento de Restos a Pagar Processados	0,00	1.439.621,52
Cancelamento de Restos a Pagar Processados – Intra OFSS	0,00	120.645,11
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	47.207.702,10	50.402.855,43

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

O grupo Valorização e Ganhos com Ativos são entradas provenientes de doações recebidas de bens, material de distribuição gratuita.

O aumento no saldo da Incorporação de materiais de distribuição gratuita deve-se a transferências de cestas básica para a Unidade Gestora conforme demonstrativo mensal de operações (DMO) no exercício de 2023.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**9.3 PESSOAL E ENCARGOS**

Compreende a remuneração do pessoal ativo, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se referam à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades.

Descrição	2023	2022
Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS	27.491.574,93	20.446.170,50
Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RGPS	17.206.727,25	18.615.205,92
Encargos Patronais - RPPS	8.462.831,85	8.308.063,93
Encargos Patronais – RGPS	4.358.068,47	3.902.168,32
Benefícios a Pessoal	138.134,50	344.396,55
Outras Variações Diminutivas – Pessoal e Encargos	1.747.114,69	3.921.059,13
Pessoal e Encargos	59.404.451,69	55.537.064,35

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

9.4 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Compreendem, também, as ações de assistência social que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Descrição	2023	%	2022	%
1. Políticas Públicas de Transferência de Renda	231.945.261,77	100	219.797.833,34	%
Programa Mais Social	228.675.543,13	98,59	214.549.056,78	97,61
Auxílio Financeiro - Vale Renda	0,00	0,00	706.060,00	0,32
Bolsa Auxílio - Vale Universidade	3.231.918,64	1,39	4.542.716,56	2,07
Programa "Cuidar de Quem Cuida"	37.800,00	0,02	0,00	0,00

Descrição	2023
2. Outros Benefícios Previdenciários - Servidor Civil	152.660,60
Auxílio Transporte - RPPS	149.060,60
Auxílio Alimentação - RPPS	3.600,00

Benefícios Previdenciários e Assistenciais (1+2)	232.097.922,37
---	-----------------------

Políticas Públicas de transferência de Renda: Compreendem despesas com pagamento aos beneficiários do Programa Mais Social, beneficiários do programa "Cuidar de Quem Cuida" que teve início no ano de 2023 e beneficiários do Vale Universidade.

No exercício financeiro de 2023, o Programa Mais Social representou 98,59%, o Vale Universidade 1,39% e com menor percentual o Programa "Cuidar de Quem Cuida" representando 0,02% do montante das Políticas Públicas de Transferência de Renda.

9.5 USO DE BENS. SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Descrição	2023	2022
Consumo de Material	1.317.383,99	1.600.791,44
Material de Distribuição Gratuito – Destinado a Assistência Social	51.366.837,95	52.099.007,47
Outros Materiais de Distribuição Gratuita	0,00	2.913.169,62
Diárias	557.679,46	255.297,10
Serviços de Terceiros – PF	724.020,22	640.415,29
Serviços de Terceiros - PJ	14.105.036,45	13.690.265,14
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.292.600,00	1.324.855,63
Uso de Bens. Serviços e Consumo de Capital Fixo	69.363.558,07	72.523.801,69

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

Material de Distribuição Gratuita Destinado a Assistência Social: Compreende valores de:

- Cestas Básicas destinados ao atendimento da população indígena do estado de MS (gasto de R\$ 51.256.049,40);
- Despesas com passagens para atender vale universidade e o vale universidade indígena (gasto de R\$ 110.788,55);

9.6 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Descrição	2023	2022
Encargos da Dívida Contr. Interna Inter OFSS - União	6.706,76	6.010,66
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.706,76	6.010,66

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

9.7 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências concedidas, como: intergovernamentais, intragovernamentais, instituições multigovernamentais, instituições privadas com ou sem fins lucrativos, de convênios e ao exterior, tanto financeiras como Não Financeiras.

Descrição	2023	2022
1. Transferências Intragovernamentais	5.176.430,18	1.656.371,96
Repasse Concedido- Executivo	0,00	538.961,79
Transferências Concedidas de Bens Móveis – Independentes de Execução Orçamentária	290.320,71	700.937,88
Transferências Concedidas de Bens Imóveis – Independentes de Execução Orçamentária	2.915.845,56	0,00
Plano Previdenciário – Recurso para cobertura de Déficit Financeiro	1.970.263,91	416.472,29
2. Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	5.176.430,18	1.656.371,96

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

9.8 DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVO E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Descrição	2023	2022
1. Perdas Involuntárias	2.211.530,38	4.488,93
Perda Involuntária de Veículos	7.534,27	2.044,93
Perda Involuntária de Bens de Informática	854.554,60	1.949,00
Perda Involuntária de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos.	304.057,57	495,00
Perda Involuntária de Móveis e Utensílios	739.670,14	0,00
Perda Involuntária de Materiais Culturais, Educacionais e Comunicação	222.142,64	0,00
Perda Involuntária de Demais Bens Móveis	83.571,16	0,00
2. Incorporação de Passivos	0,00	483.000,00
Bens Cedidos a Devolver	0,00	483.000,00
3. Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Imobilizados	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.211.530,38	487.488,93

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

As baixas foram realizadas conforme o decreto 16.258 de 04 de setembro de 2023. Processo 81/017849/2023; ofício circular 2657/GAB/SAD/2023;

9.9 TRIBUTÁRIAS

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Descrição	2023	2022
Taxa de Limpeza Pública	1.580,15	0,00
Tributárias	1.580,15	0,00

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

9.10 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Descrição	2023	2022
Premiações em Pecúnia de Caráter Cultural	13.000,00	0,00
Premiações – Troféu / Medalhas/ Prêmios	3.120,00	1.750,00
Indenizações	44.967,42	224.480,00
Ressarcimentos	144.101.790,32	111.344.473,28
Indenizações por Danos Materiais	300,00	0,00
Devolução de Saldos de Convênios	0,00	11.770,90
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	144.163.177,74	111.582.474,18

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

Indenizações: Pagamento referente Indenizações de entregas de imóveis locados pela SEAD.

Ressarcimentos: Referente ao pagamento da Energia Social. Programa Conta de Luz Zero, conforme a Lei nº 5.808. Comparando com o ano de 2022, observa-se um aumento de aproximadamente 29,4% no exercício de 2023.

Descrição	2023	2022
Ressarcimentos - Energia Social	144.101.790,32	111.344.473,28

9.11 RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Descrição	2023	2022
Variação Patrimonial Aumentativa	522.972.451,00	473.258.978,88
Variação Patrimonial Diminutiva	512.425.357,34	461.591.045,11
Resultado Patrimonial do Período	10.547.093,66	11.667.933,77

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

O resultado patrimonial do período apresentou um superávit patrimonial de R\$ 10.547.093,66, apresentando uma variação negativa quando comparado ao exercício anterior.

10. ANEXO 17- DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Os componentes da dívida flutuante são aqueles contraídos por período limitado de tempo, que não ultrapassam o período de um ano, quer na sua condição de administrador de bens de terceiros confiados a sua guarda, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária.

RESTOS A PAGAR

Lei 4.320/64: "Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas."

-Inscrição- Compreende o somatório relativo ao valor da inscrição das despesas empenhadas e não pagas;

-Baixa- Compreende o valor de restos a pagar pagos e cancelados no exercício.

-Pagos- Compreende os restos a pagar pagos;

-Cancelados- Compreende o cancelamento de restos a pagar por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

10.1 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Compreendem as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas.

Saldo do Exercício Anterior	0,00
(-) Baixa	0,00
(+) Inscrição no Exercício	8.763.369,61
(=) Inscrição para Exercício Seguinte	8.763.369,61

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

Restos a Pagar Pagos	0,00
Restos a Pagar Cancelados	0,00
Baixa	0,00

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

10.2 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Compreendem as despesas empenhadas que não liquidadas e não pagas.

Saldo do Exercício Anterior	0,00
(-) Baixa	0,00
(+) Inscrição no Exercício	9.237.147,61
(=) Inscrição para Exercício Seguinte	9.237.147,61

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

Restos a Pagar Pagos	0,00
Restos a Pagar Cancelados	0,00

Baixa	0,00
--------------	-------------

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

10.3 SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Descrição	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	Total
Saldo do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00
Saldo Para o Exercício Seguinte	8.763.369,61	9.237.147,61	18.000.517,22

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

O saldo de restos a pagar para o exercício seguinte é de R\$ 18.000.517,22.

11. ANEXO 18- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez bem como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa-DFC registra a origem e a aplicação de todo o numerário que transitou pelo caixa no exercício (no caso, em 2023), bem como sua movimentação e os resultados obtidos, com os objetivos de trazer as seguintes informações:

I - que permitam a avaliação da capacidade de geração de caixa e equivalente de caixa;

II - sobre o modo de obtenção de recursos, se próprios ou de terceiros, e sobre o financiamento das atividades estatais;

III - que propiciem, em última análise, demonstrar o cumprimento dos requisitos exigidos pelo processo de prestação de contas e, se for o caso, pela responsabilização dos agentes públicos (accountability).

A DFC tornou-se exigível, no âmbito privado, a partir da edição da Lei (federal) n. 11.638, de 2017 (que deu nova redação à Lei n. 6.404, de 1976, e “Dispõe sobre as Sociedades por Ações”), mas ela foi então incluída na publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-NBCASP como um dos vetores do processo de convergência com as normas internacionais, em face da atuação do Conselho Federal de Contabilidade-CFC e da Secretaria do Tesouro Nacional-STN

O Fluxo de Caixa compõe as atividades:

I - Operacionais são as geradoras e consumidoras dos recursos próprios e as atividades residuais que não se enquadram como ações de investimentos e financiamentos;

II - de investimentos são as que referenciam a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros que não caracterizem equivalentes de caixa (sendo estes os que podem ser amortizados em curtíssimo prazo);

III - de financiamentos são as que se referem aos capitais de terceiros, impactando o endividamento da entidade (como, por exemplo, os empréstimos bancários), bem como à destinação de tais recursos providos de capitais de terceiros.

11.1 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias, já os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez.

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, conforme faculta o MCASP, como ajuste de metodologia, citados nos itens 3.5 e 6.5 da parte V do MCASP, sendo que as inscrições de Restos a Pagar Processados são registradas pelo valor líquido, ou seja, os valores inscritos já se encontram descontados suas devidas retenções, preservando o equilíbrio entre os demonstrativos bem como o Passivo Financeiro (F) do ente.

TABELA DEMONSTRATIVA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Balço Patrimonial / Balço Financeiro		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Conta	R\$	Conta	R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.206.763,50	Caixa e Equivalentes de Caixa - Final	1.206.763,50

11.2 OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS E OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Compõem os valores relativos a Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais do Demonstrativo de Fluxo de Caixa os resultantes das transferências financeiras recebidas/concedidas, depósitos restituíveis e valores vinculados, outros recebimentos e pagamentos extraorçamentários (obtidos no Anexo 13).

	Anexo 13 - Balço Financeiro	Anexo 18 - Demonstração do Fluxo de Caixa
Transferências Financeiras Recebidas	474.874.002,63	Outros Ingressos Operacionais
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	25.864.517,50	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	249.174.668,99	
Grupo 1135 - Movimentos Credor	0,00	
Total	749.913.189,12	749.913.189,12
	Anexo 13 - Balço Financeiro	Anexo 18 - Demonstração do Fluxo de Caixa
Transferências Financeiras Concedidas	1.811.262,61	Outros Desembolsos Operacionais
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.372.532,26	
Outros Pagamentos Extraorçamentários	249.174.123,81	
Grupo 1135 - Movimentos Devedor	0,00	
Total	275.357.918,68	275.357.918,68

WILLIAN SILVA

Contador

CRC/MS nº 014883